

Assunto **Política de Prevenção e Combate à Corrupção – CRP
Companhia de Participações** Páginas: **03**

Data **Dezembro de 2016**

Área **Comitê de Compliance** Telefone: **3211-0777**

Para Colaboradores da CRP. Para efeito do presente memorando, entende-se como colaboradores todos os sócios, diretores e demais empregados e trainees da CRP e das empresas ligadas ou controladas por esta.

Observação Este documento integra o Manual de Políticas internas da CRP e está disponível na sua página na internet.

Definições e/ou conceitos

Corrupção é toda e qualquer ação, culposa ou dolosa, que implique sugestão, oferta, promessa, concessão (forma ativa) ou solicitação, exigência, aceitação ou recebimento (forma passiva), de vantagens indevidas, de natureza financeira ou não, tais como: suborno ou propina, tráfico de influência e favorecimentos, em troca de realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios, operações ou atividades visando a benefícios para si ou para terceiros.

A Lei Anticorrupção e demais legislações complementares responsabilizam de forma objetiva, no âmbito civil e administrativo, as empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Finalidade

A Política de Prevenção e Combate à Corrupção tem como objetivos:

- Assegurar a existência de processo formal e efetivo de prevenção e combate à corrupção e ao suborno, alinhado com as legislações e regulamentações aplicáveis.
- Disseminar a cultura e a conscientização quanto à prevenção e ao combate à corrupção e ao suborno.
- Assegurar o tratamento efetivo e sigiloso às denúncias de corrupção ou suborno, anônimas ou não, realizadas por qualquer parte interessada.
- Propiciar atuação colaborativa com as autoridades públicas na prevenção e no combate à corrupção e ao suborno.

Responsabilidades

Esta Política fixa as diretrizes a serem seguidas por todos os Colaboradores no que diz respeito à sua conduta ética, íntegra e livre de corrupção. A leitura, ciência e cumprimento desta Política será exigida para todos os Colaboradores, em todos os níveis da CRP, sob pena das sanções previstas no Código de Ética e Conduta.

A responsabilidade pela implementação das melhores práticas caberá ao Comitê de Compliance, composto pela diretoria e pela controladoria.

Normas

Esta Política deve ser lida e interpretada em conjunto com o Código de Ética e Conduta da CRP, a Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e com os seguintes documentos:

- Lei Anticorrupção - nº 12.846/13;
- Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613, de 03 de Março de 1998, modificada pela Lei 12.683, de 09 de Julho de 2012);
- Código Penal Brasileiro;

Políticas e procedimentos

A CRP adota procedimentos proporcionais aos riscos de corrupção relacionados à natureza, escala e complexidade das atividades que exerce, destacando:

- Nas atividades de monitoramento da controladoria: Treinamento específico sobre o tema, contemplando o manual de ética e conduta e aspectos trazidos pela legislação suporte para os colaboradores e também para as empresas investidas da carteira e realizar monitoramentos e avaliações periódicas para verificação da efetividade dos controles, a fim de prevenir o descumprimento desta Política.
- Nas atividades de análise das empresas targets: Efetuar análise da reputação dos acionistas, administradores e prestadores de serviços;
- Nas atividades de “Contratos de Serviços”: Efetuar análise de integridade dos prestadores de serviços e análise contratual e due diligence de ilícitos.
- Na formalização dos contratos e acordos Divulgar cláusula específica nos contratos, afirmando que não existem descumprimentos em relação à legislação.
- Nas reuniões do Conselho de Administração com as empresas investidas Enfatizar a importância do Código de Ética e Conduta e programas de compliance e o desenvolvimento de mecanismos para direcionamento do assunto.
- No processo de captação de recursos junto aos quotistas e/ou potenciais investidores Execução de procedimentos específicos para avaliação da estrutura de compliance dos quotistas, padrões éticos e controles para atendimento da lei anticorrupção e legislações complementares.

Todos os empregados ou terceiros que ajam em interesse ou em benefício da CRP têm a obrigação de agir de maneira ética e honesta e de conduzir suas atividades profissionais de acordo com as diretrizes do Código de Ética e Conduta da CRP.

Adicionalmente, é vedado a todos os empregados e terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da CRP:

- a) sugerir, oferecer, prometer ou conceder, direta ou indiretamente, mediante exigência ou não, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeira ou não) a pessoas e empresas dos setores público e privado em troca de realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios, operações ou atividades para a CRP ou visando a benefícios para si ou para terceiros, e
- b) sugerir, solicitar, exigir, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeira ou não) de pessoas e empresas dos setores público e privado em troca de realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios, operações ou atividades da CRP ou visando a benefícios para si ou para terceiros.

Termo de Adesão

Todo Colaborador, ao ler esta Política, firmará o Termo de Compromisso, em modelo específico, que passará, desde a sua assinatura, a fazer parte do contrato de trabalho em que declara estar ciente das normas e princípios, principalmente destas vinculadas à anticorrupção.

Todos os parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da CRP, sociedades controladoras ou subsidiárias, bem como todos os terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da CRP firmarão Termos de Compromisso de Adesão à presente política ou deverá ser inserida cláusula de adesão nos respectivos contratos.

Treinamentos

Deverão se submeter aos treinamentos todos os colaboradores e também as empresas investidas da carteira. Os treinamentos deverão ser sobre os principais aspectos disciplinados pelo Código de Ética e Conduta da CRP, desta Política, pela legislação e normativos em vigor, assim como deve abordar diversas situações comportamentais, que venham a configurar indícios da prática de atividades ligadas ao crime de Corrupção.

-----X-----